

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS

1^o

SELEÇÃO
ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE
E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CADERNO DE QUESTÕES



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. São princípios fundamentais do Estado Brasileiro:
 - A) a cidadania, a legalidade e o apoio à cultura;
 - B) a Federação, a República e a Democracia;
 - C) a separação dos Poderes, a livre iniciativa e a licitação;
 - D) a cidadania, o concurso público e a capacidade contributiva;
 - E) a legalidade, a isonomia e a proteção do meio ambiente.

2. Indique qual modalidade de intervenção na propriedade privada não é autorizada pela Constituição:
 - A) desapropriação;
 - B) requisição;
 - C) pena de perdimento de bens;
 - D) confisco;
 - E) limitações administrativas.

3. São direitos individuais na Constituição brasileira:
 - A) o direito de greve e de associação
 - B) os direitos de votar e ser votado;
 - C) a liberdade de expressão e o direito de resposta;
 - D) o direito ao salário mínimo e as férias;
 - E) o direito à saúde e à educação.



4. Autonomia dos Estados-membros da Federação significa:
- A) que eles são soberanos, juntamente com a União;
 - B) que eles têm capacidade de auto-organização, auto-governo e auto-administração;
 - C) que eles podem legislar sobre todas as matérias de seu interesse;
 - D) que eles podem manter relações internacionais com outros Estados;
 - E) que a União não pode neles intervir.
5. Na Federação brasileira, as competências são assim distribuídas:
- A) a Constituição enumera taxativamente os poderes da União, Estados e Municípios;
 - B) a Constituição enumera os poderes dos Estados e dos Municípios, ficando a União com a competência remanescente ou residual;
 - C) a Constituição prevê competências concorrentes para União, Estados e Municípios em todas as matérias;
 - D) a Constituição é silente na matéria, cabendo à legislação ordinária dispor a respeito;
 - E) a Constituição enumera expressamente as competências da União, reserva aos Municípios as matérias de interesse local e atribui competência remanescente ou residual aos Estados.
6. São princípios da administração pública:
- A) legalidade, licitação e concurso público;
 - B) razoabilidade, efetivação dos contratados temporariamente e motivação dos atos administrativos;
 - C) limites máximos de remuneração, vedação ao abuso do poder econômico e moralidade;



- D) concurso público, vedação da acumulação remunerada de cargos e proteção da família;
- E) especificidade, parafiscalidade e eficiência.

7. Assinale a afirmativa equivocada:

- A) o Poder Executivo pode praticar atos no exercício de competência discricionária;
- B) o Poder Executivo pratica atos de administração e de governo;
- C) o Poder Executivo pode inovar na ordem jurídica através de regulamentos;
- D) o Poder Executivo somente pode praticar os atos que a lei determine ou autorize;
- E) o Poder Executivo é fiscalizado politicamente pelo Legislativo e seus atos são passíveis de controle pelo Poder Judiciário.

8. Assinale a afirmativa equivocada:

- A) o Poder Judiciário divide-se em federal, estadual e municipal.
- B) o Poder Judiciário não pode realizar julgamentos secretos e todas as suas decisões têm de ser fundamentadas;
- C) um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça dos Estados é preenchido por membros do Ministério Público e por advogados;
- D) as Justiças Eleitoral, Trabalhista e Militar integram a estrutura da Justiça Federal;
- E) os juizes não podem exercer qualquer outro cargo ou função, salvo uma de magistério.



9. O controle da constitucionalidade das leis por via principal:

- A) é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto as leis federais, estaduais e municipais;
- B) somente faz coisa julgada entre as partes do processo;
- C) é feito difusamente por todos os órgãos jurisdicionais e depende da existência de um caso concreto submetido ao conhecimento do Judiciário;
- D) produz efeitos erga omnes, retroage à data de vigência da lei e é feito em tese;
- E) é adotado nos países da Europa continental, mas não é praticado no Brasil.

10. O controle da constitucionalidade das leis por via incidental:

- A) compete exclusivamente ao Tribunal de Justiça;
- B) depende de iniciativa do Procurador Geral da República e é feito perante o Supremo Tribunal Federal;
- C) destina-se a retirar de vigência lei incompatível com a Constituição;
- D) é o sistema adotado nos Estados Unidos, mas que não se pratica no Brasil;
- E) pode ser feito por qualquer juiz de direito, depende de um caso concreto e é questão prejudicial da solução do litígio.

11. Assinale a afirmativa equivocada:

- A) são impostos de competência federal o imposto de renda e o imposto sobre produtos industrializados;



- B) são impostos de competência estadual o imposto sobre a circulação de mercadorias e o imposto sobre a propriedade de veículos automotores;
- C) são da competência municipal o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- D) o decreto que institua e majore um tributo precisa entrar em vigor no exercício anterior ao da sua cobrança;
- E) são princípios específicos do sistema tributário a isonomia entre os contribuintes, anterioridade da lei fiscal e a imunidade recíproca das pessoas jurídicas de direito público.

12. Tem legitimidade para propor ação popular:

- A) qualquer indivíduo;
- B) qualquer indivíduo maior de 21 anos;
- C) qualquer cidadão;
- D) qualquer partido político;
- E) qualquer organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

13. Não haverá prisão civil por dívida salvo:

- A) por dívidas trabalhistas e previdenciárias;
- B) por débitos fiscais e previdenciários;
- C) por débitos fiscais e trabalhistas;
- D) por dívidas de alimentos e de obrigação de depositário infiel;
- E) por dívidas de alimentos fiscais.



14. O Tribunal de Contas é auxiliar do:
- A) Poder Executivo;
 - B) Poder Legislativo;
 - C) Poder Judiciário;
 - D) Ministério Público;
 - E) Conselho da República.
15. O Sistema Tributário Nacional é composto de:
- A) impostos e taxas;
 - B) impostos, taxas e contribuições de melhoria;
 - C) impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições econômicas;
 - D) contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais e econômicas, contribuições de melhoria, taxas, impostos e empréstimos compulsórios;
 - E) empréstimos compulsórios, taxas, impostos, contribuições previdenciárias.
16. A lei orçamentária anual conterá:
- A) orçamento fiscal, dos três poderes: orçamento da previdência social e orçamento de investimento das empresas públicas;
 - B) orçamento fiscal dos três poderes; orçamento da previdência social e orçamento de investimento das empresas que a União detenha a maioria do capital com direito a voto;
 - C) orçamento fiscal dos três poderes; orçamento da seguridade social; orçamento das empresas públicas;
 - D) orçamento fiscal dos três poderes; orçamento da seguridade social; orçamento das empresas que a União detenha a maioria do capital com direito a voto;



- E) diretrizes orçamentárias; orçamento fiscal dos três poderes e orçamento de investimento das empresas es tatais.
17. Foi criação da Constituição Federal de 1988:
- A) o Juizado Especial de Pequenas causas;
 - B) o Tribunal Federal de Recursos
 - C) o Tribunal de Justiça Federal;
 - D) o Superior Tribunal de Justiça;
 - E) o Tribunal Superior do Trabalho.
18. As ações abaixo são inovações da Constituição Federal de 1988, exceto:
- A) Mandado de Segurança Coletivo;
 - B) Habeas Data;
 - C) Mandado de Injunção;
 - D) Representação de Inconstitucionalidade de leis ou atos normativos Estaduais ou Municipais em face da Constituição Estadual;
 - E) Representação de Inconstitucionalidade de leis ou atos normativos Estaduais ou Municipais em face da Constituição Federal.
19. A legislação e atuação em matéria ambiental cabem:
- A) privativamente à União;
 - B) privativamente à União e supletivamente aos Estados;
 - C) a União, aos Estados e Municípios em comum;
 - D) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal;
 - E) privativamente à União quanto às usinas nucleares e florestas e aos Estados e Municípios sobre os demais temas.



20. Nos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República o julgamento cabe:
- A) à Câmara dos Deputados após a aprovação da acusação por dois terços do Supremo Tribunal Federal;
 - B) ao Senado Federal após a aprovação da acusação por dois terços da Câmara dos Deputados;
 - C) ao Supremo Tribunal Federal após aprovação da acusação por dois terços da Câmara dos Deputados;
 - D) ao Supremo Tribunal Federal após aprovação da acusação por dois terços do Congresso Nacional;
 - E) ao Supremo Tribunal Federal após aprovação da acusação por dois terços do Tribunal de Contas.

DIREITO CIVIL

01. A menoridade também acaba:

- A) pela obtenção de título de eleitor;
- B) pela obtenção de carteira de motorista;
- C) pelo término do 2º grau;
- D) pelo casamento;
- E) pelo exercício de emprego privado.

02. O Estado do Rio de Janeiro é uma pessoa:

- A) natural;
- B) jurídica de direito privado;
- C) jurídica de direito público;
- D) jurídica de direito público externo;
- E) jurídica de direito público interno.



03. O ato praticado por uma pessoa relativamente incapaz é:
- A) inexistente;
 - B) anulável;
 - C) ilícito;
 - D) condicional;
 - E) ineficaz.
04. Anulado um ato jurídico as partes:
- A) trocam-se mútuas e recíprocas quitações;
 - B) deve ser lavrada escritura de anulação;
 - C) devem ser restituídas ao estado em que antes do ato se encontravam;
 - D) são condenadas a pagar perdas e danos;
 - E) devem ser restituídas ao estado em que antes do ato se encontravam e, caso seja isso impossível, a parte lesada deve ser indenizada pela que lhe causou o dano.
05. O juiz pode apreciar a prescrição de direitos patrimoniais:
- A) de ofício, até a sentença;
 - B) de ofício, mesmo após a sentença;
 - C) se alegada por terceiro interessado;
 - D) se alegada pelas partes;
 - E) se tratar de prescrição aquisitiva.
06. O domicílio de pessoa jurídica de direito privado é:
- A) o do domicílio de qualquer dos seus integrantes;
 - B) a da residência de seu diretor presidente ou sócio majoritário;



- C) o determinado pelo Registro Público competente;
 - D) aquele onde mantiver o seu principal estabelecimento;
 - E) aquele constante de seu ato constitutivo.
07. As ações pessoais prescrevem ordinariamente em:
- A) cinco (05) anos;
 - B) dez (10) anos;
 - C) vinte (20) anos;
 - D) três (03) anos
 - E) quinze (15) anos.
08. A responsabilidade subjetiva é a que:
- A) tem objeto certo e determinado;
 - B) depende de prova da culpa;
 - C) independe de prova da culpa;
 - D) independe de prova de dolo;
 - E) depende de início de prova escrita.
09. Se atenderá mais à intenção das partes do que ao sentido literal da linguagem:
- A) nos julgados do Poder Judiciário;
 - B) nos depoimentos prestados em Juízo;
 - C) nas declarações de vontade;
 - D) no Juízo Arbitral;
 - E) nas certidões expedidas pelo Poder Público.
10. As coisas insuscetíveis de apropriação são:
- A) bens reservados;
 - B) coisas fora do comércio;
 - C) bens impróprios;
 - D) bens fungíveis;
 - E) coisas divisíveis.



11. Os Índios são:
- A) apátridas;
 - B) relativamente incapazes;
 - C) absolutamente incapazes;
 - D) plenamente capazes;
 - E) titulares do benefício de restituição.
12. Os atos constitutivos de obrigações são:
- A) os contratos;
 - B) os contratos e os atos coletivos;
 - C) os contratos, os atos coletivos e os negócios unilaterais;
 - D) os contratos, os atos coletivos, os negócios unilaterais e a promessa unilateral;
 - E) os contratos e os negócios unilaterais.
13. O que é tradição, no direito das obrigações?
- A) é o costume;
 - B) é o juramento da palavra;
 - C) é o registro de um contrato;
 - D) é a jurisprudência;
 - E) é a entrega da coisa.
14. A lei começa a vigorar, salvo disposição em contrário:
- A) 45 dias depois de oficialmente publicada;
 - B) no dia em que é sancionada;
 - C) no dia em que é publicada;
 - D) 10 dias depois de oficialmente publicada;
 - E) no dia seguinte à sua publicação oficial.



15. Os loucos:
- A) podem ser admitidos como testemunhas, se acompanhados de médico;
 - B) podem ser admitidos como testemunhas, se acompanhados do seu curador;
 - C) podem ser admitidos como testemunhas, a critério do Juiz;
 - D) podem ser admitidos como testemunhas, a pedido do representante do Ministério Público;
 - E) não podem ser admitidos como testemunhas.
16. Considera-se (...) o ato jurídico, quando praticado relativamente a um objeto ilícito:
- A) inexistente;
 - B) nulo;
 - C) anulável;
 - D) subordinado a condição suspensiva;
 - E) subordinado a condição resolutiva.
17. As benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso da coisa são:
- A) voluptuárias;
 - B) simples;
 - C) úteis;
 - D) complexas;
 - E) necessárias.
18. A partir de que idade o menor pode ser emancipado:
- A) 14 anos;
 - B) 16 anos;



- C) 18 anos
 - D) 20 anos
 - E) a qualquer tempo.
19. Quando se dá a sucessão definitiva do ausente;
- A) no dia em que ficou provado o seu desaparecimento;
 - B) no último dia em que foi visto;
 - C) no dia em que foi deferida a arrecadação de seus bens;
 - D) no dia que completar o decênio do trânsito em julgado da sentença de abertura da sucessão provisória;
 - E) no dia que completar o quinqüênio da decisão que deferir a inventariança.
20. A responsabilidade civil do Estado, pelos atos de seus agentes:
- A) inexistente, sendo responsável apenas o agente;
 - B) independente de prova;
 - C) independente de culpa ou dolo;
 - D) depende de culpa ou dolo do agente;
 - E) depende de prévia apuração no juízo criminal.

TEORIA GERAL PROCESSO

01. A previsão pelo Código de Processo Civil da apresentação das exceções de suspeição e impedimento, implica na consagração do princípio:
- A) da imparcialidade;
 - B) da inércia;



- C) do devido processo legal;
 - D) da inevitabilidade;
 - E) da ampla defesa.
02. Ao apreciar e julgar ação de reparação de danos em decorrência de ato ilícito, o juiz julga procedente a ação entendendo ter ocorrido efetivamente o ato ilícito alegado e a obrigação de indenizar. A sentença, em tal hipótese, terá natureza:
- A) declaratória;
 - B) mandamental;
 - C) condenatória;
 - D) constitutiva;
 - E) executiva.
03. A impugnação do valor da causa é:
- A) uma ação e implica no proferimento de uma sentença;
 - B) uma espécie de resposta do réu e implica no proferimento de uma sentença;
 - C) um recurso e implica no proferimento de uma nova decisão;
 - D) uma espécie de resposta do réu e implica no proferimento de uma decisão interlocutória;
 - E) um incidente processual e implica no proferimento de uma sentença.
04. Constatando a inexistência de um pressuposto processual de validade do processo, o juiz deverá:
- A) extinguir o processo sem julgamento de mérito;
 - B) proferir despacho saneador;
 - C) julgar o autor carecedor da ação;
 - D) extinguir o processo com julgamento do mérito;
 - E) proferir decisão interlocutória.



05. O interesse de agir e a causa de pedir, constituem ,
respectivamente:
- A) um pressuposto processual e uma condição de ação;
 - B) um elemento da ação e uma condição da ação;
 - C) uma condição de ação e um elemento da ação;
 - D) são ambos elementos da ação;
 - E) são ambos pressupostos processuais.
06. A capacidade processual, a capacidade postulatória e
a investidura referem-se, respectivamente:
- A) às partes, ao juiz e ao advogado;
 - B) ao autor, ao advogado e ao juiz;
 - C) ao réu, ao advogado e ao juiz;
 - D) às partes, ao advogado e ao juiz;
 - E) ao juiz, ao advogado e ao autor.
07. Em ação na qual figura como réu o Estado do Rio de Ja
neiro, a competência é:
- A) territorial, devendo o Estado ser demandado em sua
sede;
 - B) em razão da matéria
 - C) funcional;
 - D) hierárquica;
 - E) territorial, devendo o Estado ser demandado em sua
sede, salvo se existir regra especial de competência.
08. A incompetência relativa é:
- A) improrrogável e argüida por exceção;
 - B) prorrogável e argüida por preliminar na contesta -
ção;

Poder Executivo

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
1 DE JULHO DE 1992
ANO XVIII • N.º 122 • PARTE I

45

**Procuradoria-Geral
do Estado**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, divulga os gabaritos da prova de seleção realizada no dia 27 de junho de 1992:

DIREITO CONSTITUCIONAL

1-B, 2-D, 3-C, 4-B, 5-E, 6-A, 7-C, 8-A, 9-D, 10-E, 11-D, 12-C; 13-D, 14-B, 15-D, 16-D, 17-D, 18-E, 19-C e 20-B.

DIREITO CIVIL

1-D, 2-E, 3-B, 4-E, 5-D, 6-E, 7-C, 8-B, 9-C, 10-B, 11-B, 12-D, 13-E, 14-A, 15-E, 16-B, 17-C, 18-C, 19-D e 20-C.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1-A, 2-C, 3-D, 4-A, 5-C, 6-D, 7-E, 8-C, 9-D e 10-A

EDITAL

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, comunica aos candidatos que será realizada no próximo dia 03 de julho de 1992, com início às 09:00 horas, a identificação das provas.

A identificação será processada no Auditório Machado Guimarães, situado na rua Dom Manuel, 25 - térreo, Centro, com atendimento pela ordem alfabética, adotando-se o mesmo critério utilizado para distribuição dos candidatos por local de prova.

O Candidato deverá apresentar cartão de identificação ou carteira de identidade. A ausência do candidato não impedirá a identificação de sua prova. Em nenhuma hipótese, será realizada segunda chamada para identificação de prova.

O Candidato poderá ser representado por procurador instruído com o respectivo instrumento de mandato.

O resultado final do exame de seleção, com as respectivas classificações pelos locais de inscrição, será publicado no Diário Oficial de 07 de julho de 1992, Parte-I.